

Comissão de Legislação Participativa (CLP)

REQUERIMENTO N.º _____, de 2024

(do Sr. Glauber Braga)

Requer a realização de Audiência Pública sobre Dívida Pública, Arcabouço Fiscal, Política Monetária e a subtração de Direitos Sociais.

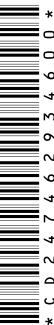
Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 24 (incisos III e XIII) e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública sobre Dívida Pública, Arcabouço Fiscal, Política Monetária e a subtração de Direitos Sociais.

Para tanto, sugerem-se os seguintes convidados:

- 1 - Ministro da Fazenda
- 2 - Presidente do Banco Central
- 3 - Representante da Auditoria Cidadã da Dívida
- 4 - Representante da Campanha Nacional por Direitos Sociais
- 5 - Representante de servidores públicos
- 6 - Representante da Frente Parlamentar sobre o "Limite dos Juros e a Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular" (Deputada Federal Fernanda Melchionna)
- 7 - Representante da Frente Parlamentar "Contra os Juros Abusivos" (Deputado Federal Lindbergh Farias).

JUSTIFICAÇÃO



O presente Requerimento visa a realização de Audiência Pública sobre Dívida Pública, Arcabouço Fiscal, Política Monetária e a subtração de Direitos Sociais.

A Audiência tem por objetivos:

- Debater a atuação do Sistema da Dívida no Brasil, a necessidade de limitar os juros no Brasil (conforme PLP 104/2022 aprovado pela CLP) e demais mecanismos financeiros que geram dívida pública sem contrapartida alguma em investimentos de interesse da sociedade, e a subtração de recursos públicos para manter os privilégios desses mecanismos, prejudicando a destinação de recursos para todas as áreas sociais (Educação, Saúde, Previdência etc.) e para a estrutura do Estado;

- Trazer para o Parlamento as reivindicações da Campanha Nacional por Direitos Sociais, que engloba diversos setores da sociedade, na busca por direitos cujo atendimento depende da política fiscal, tributária, e do enfrentamento do atual "Sistema da Dívida";

- Evidenciar os graves riscos da Lei Complementar 208/2024, que legalizou o esquema da chamada Securitização de Créditos Públicos, em especial: a geração de dívida pública ilegal e disfarçada, o desvio de recursos públicos por fora do orçamento e o comprometimento de receitas atuais e futuras;

- Ressaltar a importância das mobilizações de diversas categorias do funcionalismo público, pois mostram o grave desmonte que está ocorrendo na estrutura do Estado e o acúmulo de perdas salariais e de direitos de servidores;

- Destacar a importância da realização de Auditorias Cidadãs para possibilitar a socialização do conhecimento sobre a atuação do Sistema da Dívida, especialmente diante dos graves indícios de ilegalidade e ilegitimidade já identificados.

Sala das Comissões, de agosto de 2024.

Deputado GLAUBER BRAGA

PSOL/RJ

